

Arnaldo Lopes Süssekind

“A Academia é resultante da necessidade de formalização dos debates indispensáveis sobre o Direito do Trabalho no Brasil.”

Figura ímpar no âmbito do Direito do Trabalho no Brasil, Arnaldo Süssekind é, sem dúvida, um dos personagens mais representativos da Academia Nacional de Direito do Trabalho ainda vivos. Devido a sua carreira extraordinária (ministro de Estado em dois governos, ministro do TST, membro de inúmeras Academias, associações e sociedades, autor da CLT...) foi diversas vezes procurado, entrevistado, estudado e sua vida e obra já foram objeto de muitos estudos, biográficos e acadêmicos, disponíveis hoje em meio impresso e digital.

Diante disso, nossa entrevista com o Ministro procurou não insistir tanto em sua trajetória de vida (um dos objetivos centrais de nosso estudo), o que não apenas geraria repetições desnecessárias, mas, principalmente, poderia certamente cansar este jovem homem ancião, que já conta com mais de 93 anos.

E efetivamente, ao chegarmos ao Rio especialmente para entrevistá-lo, não nos pôde receber na data marcada por se encontrar indisposto fisicamente. Com muita boa vontade nos recebeu no dia seguinte, de forma generosa e simpática, ainda que demonstrasse um visível cansaço diante do esforço de lembrar e falar.

Levando em conta todos esses fatores nossa entrevista foi curta, centrada fundamentalmente nas questões concernentes à fundação da ANDT e seus primeiros anos, quando o Ministro teve uma atuação determinante.

Mesmo assim, foi inevitável que entre lembranças pertinentes a Academia, o Ministro narrasse alguns episódios de sua trajetória pregressa, assim como evocasse fatos marcantes da história do Direito do Trabalho no Brasil.

A entrevista com o Min. Arnaldo Süssekind foi realizada no dia 14 de abril de 2011 na sua residência, no Rio de Janeiro.

O Início da Carreira

Comecei minha carreira no Ministério do Trabalho como auxiliar de escrita. Eu era estudante de Direito e diante disso o Procurador Geral um dia me disse: *Arnaldo, você vai trabalhar dando pareceres. Você não vai assinar, é só para treinar; você dá o parecer e eu assino.*

É claro que ele, como Procurador Geral, via e, se estivesse de acordo, assinava, mas se não tivesse conversava comigo. Eu comecei assim. Isso durante dois anos. Dois anos depois eu me formei.

Logo depois houve um concurso para o DASP, Departamento Administrativo do Serviço Público (Infelizmente o presidente Sarney acabou com o DASP, mas o DASP punha ordem no serviço público...). Mais do que concurso, foi uma prova de habilitação, porque era para o pessoal que estava em exercício, não era um concurso aberto; era para o pessoal que estava em exercício nos vários ministérios em função jurídica, com o título de assistente técnico, sub-assistente técnico, escriturário, etc. Eu era assistente técnico na ocasião e fui bem classificado no concurso.

Era praxe então que a Dra. Beatriz, uma das supervisoras do DASP, chamasse os cinco primeiros colocados do concurso, entre os quais eu estava, e perguntar em que Ministério queriam ficar. Eu me lembro que ela disse: *Naturalmente vocês querem ficar todos no Ministério da Fazenda...* Mas eu disse: *Não senhora, se for possível escolher eu prefiro ficar no Ministério do Trabalho. Alguma razão especial?* – perguntou ela. *Sim, a questão é que eu já estou lá no Trabalho, dando parecer inclusive sem assinar, pois é a Procuradoria Geral quem assina, mas agora que eu sou assistente jurídico, posso assinar, então prefiro ficar lá.* E fiquei. Um pouco mais tarde o Getúlio criou a Justiça do Trabalho e os assistentes jurídicos passaram a procurador. Eu fiz prova para assistente jurídico, não para procurador, mas eis que logo depois eu já era procurador. E foi como procurador da Justiça do Trabalho que eu fiz a carreira toda.

O Encontro com Getúlio Vargas

Foi então, como procurador que fui chamado a colaborar diretamente com o Getúlio Vargas... Na verdade, eu já o conhecia desde a época em que era estudante...

A Alzirinha, filha do Getúlio, era a secretária dele, secretária da Presidência e foi minha contemporânea na faculdade. E na faculdade, naquelas lutas acadêmicas pró-Getúlio, contra-Getúlio, Armando Salles, etc., ela se uniu muito a mim e me levou ao pai, ainda na faculdade, dizendo: *esse aí é um moço que é nosso, briga pelos nossos direitos, pela gente...* Enfim, me fez o cartaz e o Getúlio me tratou muito bem e disse: *sempre que precisar basta telefonar para o Alvim* – chamou o Alvim, que era o secretário particular, e disse: *Alvim, esse rapaz tem porta aberta aqui no palácio*. Abriu-me as portas do palácio e ele realmente de vez em quando me chamava. Chamava-me e dizia: *eu recebi um projeto de fulano de tal e queria a sua opinião*. Houve uma vez que ele disse: *eu recebi um projeto do seu amigo, quase irmão e você não pode dizer que esse projeto está comigo. O que eu quero é sua opinião de jurista e não do amigo do Segadas Vianna* – pois era um projeto do Segadas, que na época era deputado. Eu então vi o projeto; e até que o projeto estava bom... De maneira que o Getúlio passou a me chamar várias vezes e com isso eu fiz uma amizade com ele, amizade que durou bastante. Ele gostava de mim e eu gostava dele, ele era um homem interessante.

Artífice da CLT

Paralelamente, fui fazendo minha carreira na Justiça do Trabalho. Fui progredindo e fiquei com um bom nome. Até que mais tarde veio o convite para participar do grupo que fez a CLT... Mas isso foi depois; foi quando o Alexandre Marcondes Filho foi nomeado ministro do Trabalho, no ano de 1941. Naquela ocasião eu estava chefiando a Procuradoria Regional do Trabalho de São Paulo – apesar de ter na época apenas 24 anos.

De forma que o Marcondes me chama e me diz: *recebi muitos elogios a seu respeito, de sua competência... E você vai ser meu assessor chefe. Vou dividir o Ministério em vários setores: eu vou ter o setor do trabalho, da previdência, da indústria, do comércio, da migração... Cada um vai ter um assessor chefe e você vai ser o assessor do setor do trabalho*.

Os meus dois auxiliares, todos os dois acabaram ministros: Brígido Fernandes Tinoco e Benjamim Eurico Cruz. Brígido foi ministro da Educação no governo Jânio Quadros e Benjamim Eurico Cruz foi ministro do Trabalho no governo de João Goulart. Ambos foram meus assistentes. E eu, com 24 anos, mais moço que eles...

Assim que começamos a trabalhar e o primeiro desafio era organizar a legislação trabalhista que na época era algo caótico... Não necessariamente um caos, mas algo muito complicado do ponto de vista de linha doutrinária, pois desde 1930 ela vinha passando por grandes modificações, em etapas diferentes, por vários ministros com pensamentos diferentes...

Na verdade pode-se dizer que a legislação do trabalho no Brasil começa realmente em 1923. Antes dessa data pode-se dizer que tinha alguma coisa no Código Civil, mas em termos de legislações específicas de Direito do Trabalho não havia nada, porque foi em 1923 que se criou a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e, na legislação que cria a Caixa, ela estabelece uma série de direitos, como a estabilidade aos 10 anos dos empregados das empresas que têm caixas e por aí adiante. Em 1927 é criada a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos e se repete a mesma coisa. Em 1931 é que vem o Decreto-Legislativo nº 20.465. Você vai pensar: como ele sabe isso de cor? Porque quando eu comecei a trabalhar como assistente jurídico do Ministério dava parecer sobre essa lei; dois ou três por dia, de maneira que está na cabeça: Decreto nº 20.465 de outubro de 1931... Essa lei realmente disciplinava os direitos do trabalhador de um modo geral, não completo, mas para a época foi um avanço.

De qualquer forma, a coisa estava neste pé quando o Marcondes me chamou e disse: *pois é, por isso que nós precisamos fazer o Código do Trabalho. Você vai ver quais são os elementos, eu posso convocar pra isso. Eu falei com o Dr. Getúlio e ele aprovou a ideia. Ele está falando comigo e mandou que eu colocasse o Dr. Segadas Vianna na comissão, o que o Sr. acha? Bom*, disse eu, *o Segadas Vianna é bom elemento*. O Segadas como jornalista dos Diários Associados tinha feito uma viagem com o Getúlio ao Sul; eles conversaram muito e Getúlio gostou dele. Foi por isso que ele mandou colocar o Segadas. Aí, virou-se e perguntou: *na sua opinião, quem deveria ser o procurador número um desta comissão?* Então, de imediato eu respondi: *o Dorval Lacerda*.

E ele: *é parente do Carlos Lacerda?* – *Não, que eu saiba não.* – *Então convide-o em meu nome para fazer parte da comissão. Então já temos Segadas, ele, você...* Então eu disse: *eu? É claro* – respondeu – *e quem é que vai ficar em contato comigo? É você.* Então eu virei para ele e disse: *bom, o consultor jurídico do ministério deve ficar também, o Dr. Oscar Saraiva.* Então ele falou: *são quatro, eu preciso de cinco; vamos colocar um quinto elemento.* Ele pensou, pensou, conversou comigo e o quinto elemento apareceu: Benjamim Eurico Cruz. Assim fizemos a comissão da CLT.

O projeto da CLT foi publicado. Levamos quase um ano fazendo. Foi publicado para receber as sugestões. Foi publicado no Diário Oficial e vieram muitas sugestões. Passamos cinco meses estudando as sugestões e dando a redação final. E afinal foi publicado. E o Getúlio assinou, não como código, mas como Consolidação das Leis do Trabalho. Pois nós pensamos: não deve ser código, porque o código dá uma ideia de estruturação mais definitiva e nós estamos no meio de uma guerra (era 1941) e assim como na Primeira Guerra Mundial os conselhos doutrinários legislativos tiveram uma alteração profunda é de se supor que acontecesse o mesmo e então resolvemos não dar o nome de código, mas de Consolidação das Leis do Trabalho; nome que ficou até hoje. Com o tempo recebeu modificações aqui e ali, mas sempre continuou sendo mantida como Consolidação.

A Criação da Academia Nacional de Direito do Trabalho

Desde essa época, da criação do CLT, houve sempre um grupo que comandava o Direito do Trabalho. O Direito, como você sabe, não nasce apenas da lei, nasce também da doutrina, dos debates, etc. Esse grupo que se reunia eventualmente era variado, porém com pessoas selecionadas geralmente por mim para discutir determinados assuntos e temas importantes do Direito do Trabalho. A princípio nós nos reuníamos uma vez ou outra, quando víamos necessidade de discutir algum assunto de maior atualidade e relevância. Depois de um tempo, entretanto, pensamos: por que não institucionalizar isso? Daí nasceu a Academia. A Academia é resultante da necessidade de formalização dos debates indispensáveis sobre o Direito do Trabalho no Brasil. Antes de tudo, entretanto, cabe esclarecer que a ideia inicial da criação da Academia Nacional de Direito do Trabalho não foi minha,

mas do Azevedo Bouças, que era um dos que freqüentavam essas reuniões que fazíamos então. Foi ele quem teve a iniciativa e tomou as primeiras medidas para a criação da Academia.

A princípio a ideia dele era escolher 50 juristas e foi o que ele fez. Porém, desses 50 primeiros membros apenas uns 12 eram do Direito do Trabalho; os outros eram amigos, boas-praças, mas não eram do ramo.

De qualquer forma, foi assim que a coisa começou. Mas, pouco tempo depois percebi que a coisa não funcionava muito bem. Quem não era do ramo não se interessava, não ia às reuniões... Eu, que era um dos membros, percebi isso e resolvi dar um “golpe”, ao estilo *manu militari (sic)*. Qual foi o golpe: aceitei ser candidato a presidente, fui eleito, peguei o estatuto e disse: o estatuto exige que para ser membro o sujeito precisa ter escrito alguma coisa sobre Direito do Trabalho, ter algum tipo de militância na área, etc. Enfim, comecei a estabelecer algumas condições (condições estas que já estavam no próprio estatuto mas que não eram consideradas) e decidi que quem não tivesse essas condições eu desligaria. E, de fato, foi o que fiz: desliguei – não eliminei, lembro-me perfeitamente que a expressão que usei foi essa: desligamento.

Um ou outro, claro, reclamou, mas então eu ia e explicava: *você por acaso tem publicação na área e etc.? Não, não tem? Então, pelo estatuto não pode ser*. E assim fui recompondo a Academia com gente que realmente era do ramo. Daí em diante ela cresceu, porque passou a ser formada por pessoal da área específica do Direito do Trabalho. E essa foi a primeira grande estruturação pela qual passou a Academia, logo no início de sua história.

Outra grande mudança, sem dúvida, foi em relação ao número de membros. No princípio eram 50. Eu achei que 50 era mais pertinente à Academia. As academias, de um modo geral, têm 40, 44... Mas os candidatos foram tantos que realmente a direção concordou em passar para 100, e hoje nós temos 100 e toda vez que há uma vaga há uma grande concorrência.

Os Primórdios da ANDT

Depois de tudo isso, ainda fui reeleito presidente, até que depois eu desisti e disse chega. Era preciso colocar gente nova...

No início a atividade da Academia se restringia em realizar reuniões dos membros e a partir daí passamos a ver o que era possível fazer em prol da Academia.

Além disso, durante minha gestão conseguimos realizar alguns congressos. Junto com o pessoal da Editora LTr, começamos a promover encontros que continuam até hoje... E, além disso, eu constituí comissões menores para explorar determinados temas. Procurei movimentar bem...

As maiores dificuldades que encontrei e que se encontram ainda hoje na Academia são referentes ao problema geográfico. Como é uma Academia Nacional tem de abarcar o país inteiro e você tem que botar gente de vários Estados. Para reunir esse pessoal é muito difícil. Era por isso que nas oportunidades dos congressos da LTr, que de um modo geral juntava gente do mundo inteiro, nós aproveitávamos para fazer as reuniões da Academia. Nós fizemos sempre reunião da Academia durante o desenrolar do congresso da LTr.

Além disso, há o problema da sede. A sede é onde for o presidente, é o domicílio do presidente, porque o presidente pode ser de qualquer parte do país. E fica difícil para administrar se a sede for fixa. Vamos dizer que a sede fica fixa em São Paulo e você elege um presidente da Amazônia ou você elege um presidente da Bahia; como você faz? O presidente vai se mudar para São Paulo? Não é possível, não é verdade? Então a sede tem de ser móvel mesmo; onde você elege o presidente, ali é a sede. Isso traz uma série de problemas, claro, mas não tem outro jeito...

A ANDT Hoje

Hoje a Academia é bem considerada. Os membros que querem pertencer à Academia são muitos, e não tem vaga para todos. Realmente nós somos muito rigorosos porque há uma comissão para dar o parecer dizendo: ele atende às condições e aí é submetido à votação. Se a comissão entende que ele não é, ele pode recorrer para a assembleia geral. Mas de um modo geral não acontece isso, de maneira que só quem tem condições realmente estatutárias para pertencer à Academia, pertence à Academia.

A Academia, além das reuniões ordinárias normais que ela faz, ela deve convocar grupos para estudar temas. Deve convocar a própria Academia para

deliberar sobre determinados temas e ela tem feito isso. A nossa Academia não está paralisada, pelo contrário, os presidentes da Academia têm provocado, constituído comissões, dado pareceres em determinados assuntos ou constituído comissões para elaborar coisas para serem submetidas depois aos acadêmicos em geral... De maneira que ela tem trabalhado bem, tem se movimentado. O Mannrich nesse ponto está indo muito bem.

Entrevista realizada por Dante Marcello Claramonte Gallian



Studium ac Labor